



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiassa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporeanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



DECRETO Nº. 1100/2020 DE 14 DE JULHO DE 2020.

**DISPÕE ACERCA DAS NORMAS
PARA RETOMADA DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE
IPORANGA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

VALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporeanga,
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a quarentena decretada pelo
Governo do Estado de São Paulo, por meio dos Decretos nº. 1081/2020, nº.
1082/2020, nº. 1085/2020, nº. 1087/2020, nº. 1089/2020, nº. 1091/2020, nº.
1092/2020, nº. 1094/2020 e nº. 1096/2020, bem como a Calamidade
Pública em Saúde Pública decretada pelo Município de Iporeanga em
decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) -
Decreto nº 1084/2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 64.994, de 28 de
maio de 2020, que institui o Plano São Paulo e dá providências
complementares;

CONSIDERANDO a metodologia utilizada pelo
Estado de São Paulo para confecção do Plano São Paulo, no tocante a
disseminação da doença, capacidade do sistema de saúde, testagem e
monitoramento da transmissão, protocolos e vulnerabilidade econômica,
comunicação e transparência;

CONSIDERANDO o anunciado pelo Governo do
Estado de São Paulo que estabeleceu período de Fase 3 – flexibilização -
Faixa amarela, sujeitando o Município de Registro às diretrizes gerais para
retorno gradual das atividades econômicas;

CONSIDERANDO as informações prestadas
pela Secretaria Municipal de Saúde e pelos membros do Comitê de
Enfrentamento da COVID-19 para avaliação do retorno gradual das
atividades econômicas e demais segmentos no Município de Iporeanga;

CONSIDERANDO as demandas apresentadas
pelo comércio, serviços e diversos setores que compõem a economia do
Município de Iporeanga para a retomada das atividades;

CONSIDERANDO a edição, pelo Governo do
Estado de São Paulo, do Plano São Paulo, que institui medidas sanitárias e
critérios para a reabertura de setores da economia durante a quarentena de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"



PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiassa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br

enfrentamento ao coronavírus, concedendo aos Municípios a necessidade de flexibilização dos setores anunciados no referido Plano;

CONSIDERANDO que as circunstâncias estruturais e epidemiológicas locais, conforme metodologia Estadual, permite a retomada gradual do atendimento presencial ao público de serviço e atividades não essenciais, mediante determinados critérios;

CONSIDERANDO os bons níveis de conscientização atingidos pela população na observância das regras sanitárias, principalmente quanto ao uso de máscaras de proteção facial e diminuição das aglomerações em locais públicos, bem como, o apoio e o cumprimento das regras pelos empresários e comerciantes, durante o período de alerta máximo – faixa vermelha;

CONSIDERANDO que se torna necessária a ação do Poder Público Municipal, instituindo ações, regramentos e condições para o fomento da economia do Município, possibilitando o retorno gradual e seguro às atividades suspensas durante o enfrentamento da pandemia que assola o nosso país:

DECRETA:

Art. 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, fica estendida, a medida de quarentena instituída pelo Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020.

Art. 2º - Nos termos do Anexo III, a que se refere o item 1, do parágrafo único do art. 7º do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, atualizado pelo Decreto Estadual 65.044 de 03 de julho de 2020, fica autorizado, no âmbito do Município de Iporanga, o retorno gradual e seguro às atividades econômicas suspensas.

Parágrafo Único - O retorno gradual das atividades econômicas de que trata o caput, refere-se ao funcionamento, inclusive com atendimento presencial, dos estabelecimentos previstos neste decreto, desde que possuam alvará de funcionamento vigente.

Art. 3º - Fica instituído o Plano de Reabertura Gradual da Economia de Iporanga, conforme o Anexo I, deste decreto.

Art. 4º - Fica estabelecido o retorno às atividades econômicas no Município de Iporanga de forma gradativa, em conformidade com o Plano São Paulo, cujo objetivo é implementar e avaliar ações e medidas estratégicas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



CAPÍTULO I
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 5º. Fica criada a força-tarefa fiscalizatória, de caráter temporário e integrado para o exercício da fiscalização de estabelecimentos e atividades quanto ao cumprimento de normas e diretrizes estabelecidas para o enfrentamento do novo coronavírus - COVID-19 no âmbito do Município de Iporanga.

Parágrafo Único – A força-tarefa fiscalizatória de que trata o *caput* deste artigo tem como finalidade racionalizar e intensificar as ações fiscalizatórias de estabelecimentos e de coibição de atividades e posturas tidas de alto risco e incompatíveis com as ações de combate a COVID-19.

Art. 6º. Para fins deste decreto, considera-se como incompatível e de alto risco a atividade e postura vedada ou em desacordo com as normas editadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 7º. A força-tarefa fiscalizatória será composta, obrigatoriamente, por agentes da Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos integrantes do Setor de Tributação deste Município.

§1º - A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da gestão da Secretaria Municipal de Saúde.

§2º - A força-tarefa fiscalizatória poderá se valer do apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para manutenção da lei e da ordem, em havendo a necessidade.

§3º - Em caso de descumprimento do isolamento, para aqueles que forem atestado positivamente ao COVID-19, será lavrado o auto de infração, a imposição de multa no importe de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), sem prejuízo das responsabilidades penais, que serão reportados à Delegacia de Polícia, a Procuradoria Municipal de Iporanga e ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

§4º - Caberá ao agente da força-tarefa fiscalizatória que identificar o infrator sujeito às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, encaminhar à Delegacia de Polícia competente as autuações cujos fatos configurem crime.

§5º - A força-tarefa fiscalizatória poderá efetivar a interdição, lacração e multa dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem o disposto neste Decreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



§6º - Deverá, antes das ações dispostas no §4º, notificar o estabelecimento comercial para que, de modo educativo, corrija as ações que estejam em desconformidade com este Decreto.

Art. 8º. As ações levadas a efeito pela força-tarefa de que trata este Decreto poderão resultar em lavratura de autos de infração, de constatação e similares, bem como na cominação de sanções ou de obrigações de fazer ou não fazer a tempo certo, observado o devido processo legal.

Art. 9º. A população poderá se utilizar dos meios eletrônicos, por intermédio do *e-mail* do setor de Saúde – saude@iporanga.sp.gov.br e pelo telefone Disque Denúncia – 15/3556-1584.

Parágrafo Único – As denúncias serão remetidas à Força-tarefa fiscalizatória que, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, adotará os procedimentos previstos nos protocolos do Ministério da Saúde para fins de atendimento aos casos de COVID-19.

CAPÍTULO I DO COMÉRCIO EM GERAL

Art. 10. Fica autorizado o funcionamento do comércio em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - A lotação dos estabelecimentos comerciais, não deverão ultrapassar a capacidade de 40% do total;

a) os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;

b) o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem, ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 40%.

II - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 06 (seis) horas seguidas;

III - os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso II deste artigo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



CAPÍTULO II
DOS RESTAURANTES, LANCHONETES E SIMILARES

Art. 11. Fica autorizado funcionamento dos restaurantes, lanchonetes e similares, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - A lotação dos estabelecimentos comerciais, não deverão ultrapassar a capacidade de 40% do total;

a) os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;

b) o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem, ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 40%.

II - Os restaurantes, lanchonetes e similares, poderão comercializar apenas cardápio à la carte e prato feito.

a) é permitida a consumação local durante o horário de funcionamento dos estabelecimentos que tratam o caput, desde que em ambiente externo.

b) O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 06 (seis) horas seguidas

c) Nos restaurantes que optem pelo sistema *self service*, o estabelecimento deverá dispor de uma pessoa especificamente para servir os clientes, devendo estar trajada com luvas de procedimento, toucas, máscaras reutilizáveis, óculos de proteção ou protetor facial tipo *face shield*;

III O horário de atendimento presencial será após as 06h (seis horas) até as 17h (dezessete horas), a fim de não incentivar o consumo local em bares, restaurantes e similares com fins de lazer e entretenimento, com potencial para gerar aglomerações e, portanto, ampliar o risco de contágio entre consumidores/ comensais.

IV - os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso II deste artigo;

V - está proibido o atendimento a clientes para fins de consumo em mesas ao ar livre e em calçadas, adotando apenas o serviço de venda e entrega;

VI - Nos ambientes fechados, as mesas não



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



poderão ser ocupadas por mais de seis pessoas, devendo ter 2 metros de distância entre elas e as cadeiras com, pelo menos, 1 metro.;

VII Os clientes apenas poderão consumir alimentos dentro dos estabelecimentos se todos estiverem sentados e seguindo corretamente as recomendações de higiene.

VIII Deverão ser mantidas as portas e janelas abertas, para facilitação da ventilação natural e minimizados o uso de maçanetas e fechaduras, estando proibido o uso de aparelhos de ar condicionado.

CAPÍTULO III

DOS PRESTADORES DE SERVIÇO EM GERAL

Art. 12. Fica autorizada a prestação de serviços em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - A lotação dos estabelecimentos comerciais, não deverão ultrapassar a capacidade de 40% do total;

a) os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;

b) o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem, ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 40%.

II- O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 06 (seis) horas seguidas;

III- os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso II deste artigo;

CAPÍTULO IV

DOS SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS

Art. 13. Fica autorizado o funcionamento de salões de beleza e barbearias em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



I - A lotação dos estabelecimentos comerciais, não deverão ultrapassar a capacidade de 30% do total e apenas mediante a agendamento;

a) os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do inciso I deste artigo;

b) o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 40%.

c) os estabelecimentos poderão adotar horários exclusivos para clientes acima de 60 anos ou que fazem parte do grupo de risco;

II - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 06 (seis) horas seguidas;

III - os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso II deste artigo;

IV – todos os atendimentos deverão ser efetuados mediante o uso de toucas, máscaras reutilizáveis e óculos de proteção ou protetor facial tipo *face shield*, gorro avental impermeável de mangas longas e luvas de procedimento;

V – A distância mínima entre as estações de trabalho deverá ser de, no mínimo, 02 metros, devendo ser utilizados de modo intercalados, se necessário, e a distância entre os clientes deve ser de, no mínimo, de 1,5 metros;

VI – é proibida a permanência de acompanhantes durante o atendimento, exceto em casos de atendimento de crianças menores de 12 anos ou de cliente que, por necessidade especial, demande o cuidado de um parente em sua companhia;

VII – Todas as pessoas que estiverem no estabelecimento deverão estar com máscaras;

VIII – O ambiente deve estar bem ventilado, sem o uso de aparelhos de ar condicionado e com a disponibilização de álcool em gel 70%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



IX - Tanto as barbearias quanto os salões de beleza deverão lavar os cabelos e orelhas dos clientes antes de iniciar o corte de cabelos para minimizar a possibilidade de contaminação;

X - As esmalterias precisarão diminuir a quantidade de esmaltes expostos; usar luvas; higienizar a poltrona e a mesa de atendimento a cada cliente.

CAPÍTULO V
ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES E CENTROS DE GINÁSTICA

Art. 14. Fica autorizado o funcionamento das academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - a lotação dos estabelecimentos esportivos, não deverão ultrapassar a capacidade de 30% do total, com agendamento prévio.

II - o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 30%.

III - o horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 06 (seis) horas seguidas;

IV - os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso II deste artigo;

V – os sanitários deverão estar abertos, sendo que o uso de duchas e chuveiros estão proibidos.

VI – é obrigatório o uso de luvas de procedimento, máscaras reutilizáveis, e protetor facial tipo *face shield*;

VII – os ambientes deverão ser sanitizados, ao menos, por 03 vezes ao dia.

Parágrafo único: Está permitida apenas as práticas de atividades individuais, mantendo as aulas e práticas em grupo suspensas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



CAPITULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 15. Fica retomado o atendimento ao público no âmbito da Administração Pública Municipal, desde que previamente agendado no setor correspondente.

Art. 16. Ficam retomadas, a contagem dos prazos processuais no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 17. Os servidores afastados dos trabalhos presenciais no âmbito da Administração Pública Municipal deverão retornar as atividades e atribuições específicas e inerentes do cargo.

CAPITULO VII
DOS PROTOCOLOS PADRÕES

Art. 18. Fica estabelecido o protocolo padrão a ser seguido, obrigatoriamente, no que couber, por todos os estabelecimentos, prestadores de serviços e atividades abrangidos por esse decreto.

Art. 19. Para fins de cálculo da capacidade máxima de atendimento presencial permitido por este decreto em cada atividade econômica correlata, todos os estabelecimentos, prestadores de serviços e atividades, aqui abrangidos, deverão adotar:

I – Redução de fluxo e permanência de pessoas dentro do estabelecimento para uma ocupação de 5m² por pessoa, considerando a área interna.

II - Os estabelecimentos deverão adotar, para fins de circulação de pessoas, a razão entre a metragem quadrada interna da área pelo coeficiente 05 (cinco).

a) Para efeitos da alínea anterior, considera-se coeficiente o valor pré-estabelecido que pode influenciar ou determinar o resultado final.

b) A título de exemplificação: Estabelecimento com área de 50m² / 5 m² = 10 pessoas no máximo para lotação no local.

III - Ao atingir o número máximo estabelecido no cálculo, o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para controle e organização das filas que se formarem ao lado de fora do estabelecimento.

IV - É de responsabilidade do estabelecimento realizar o controle de fluxo e frequência.

V - Todos os estabelecimentos, prestadores de serviços e atividades abrangidos por esse decreto deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida, nos termos do cálculo demonstrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Seção I
Dos Cuidados no Ambiente do Trabalho

Art. 20. Os estabelecimentos, atividades e prestadores de serviços abrangidos por esse decreto, deverão adotar as seguintes medidas:

I - Afixar cartazes educativos, com orientações e informações sobre COVID-19 em locais visíveis;

II - Fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, adequado aos colaboradores da atividade exercida e em quantidade suficiente;

III - Aplicar o uso, obrigatoriamente, de máscara de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional aos colaboradores, responsáveis e frequentadores;

IV - Providenciar barreira de proteção física entre o colaborador e o cliente, para distancias menores que 1,5m;

V - Disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool em gel 70% para utilização de colaboradores e clientes;

VI - Higienizar, quando do início das atividades, após cada uso e sempre que necessário durante o período de funcionamento, as superfícies de toque, como carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas, entre outros;

VII - Higienizar quando do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 2 (duas) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária, cloro ou álcool 70% (líquido);

VIII - Manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel e toalhas de papel não reciclado;

IX - Evitar o uso de ar condicionado;

a) Em caso de necessidade em utilizar o ar condicionado, manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar interno;

X - Fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando atendimento, respeitando o limite máximo de lotação previsto neste decreto.

XI - Organizar com colaborador próprio, em caso haja fila de espera, a distância mínima de 02 m (dois) metros entre as pessoas com marcações no piso, com fita adesiva ou outro produto de fácil remoção;

XII - Reduzir o fluxo e permanência de pessoas (clientes e colaboradores) dentro do estabelecimento para uma ocupação de: (Exemplo: área de $50\text{m}^2 / 5\text{m}^2 = 10$ pessoas no máximo), ao atingir o número máximo estabelecido no cálculo, os demais consumidores devem aguardar do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 2m entre eles, sendo responsabilidade do respectivo estabelecimento o referido controle e organização, nos termos do inciso anterior;

XIII - Para fins de cálculo do inciso anterior, os estabelecimentos deverão adotar, para fins de circulação de pessoas, a razão entre a metragem quadrada da área comercial do local pelo coeficiente 05 (cinco).

a) para efeitos do inciso anterior, considera-se coeficiente o valor pré-estabelecido que pode influenciar ou determinar o resultado final.

XIV - Demarcar por fita adesiva ou outro material de fácil remoção, os passeios e calçadas públicas, para identificação do espaçamento entre clientes.

XV - Afixar placa com capacidade máxima permitida em local de fácil visualização.

XVI - Manter distância mínima de pelo menos 2,0 metros, entre colaboradores, responsáveis e clientes;

XVII - Disponibilizar produtos e tecnologias para a higienização e desinfecção dos sapatos na entrada dos estabelecimentos;

XVIII - Evitar atividades promocionais que possam causar aglomerações;

XIX - Implantação de corredores e ou entradas de uma via só para coordenar o fluxo de clientes nas lojas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



XX - Adotar sistema de escala, revezamento de turnos, a fim de reduzir aglomeração de funcionários;

XXI - Priorizar o trabalho remoto ou teletrabalho, se houver a possibilidade;

XXII - Exigir, quando possível, que todos os produtos adquiridos pelos clientes sejam limpos previamente à entrega ao consumidor.

a) na impossibilidade, recomendar aos frequentadores a prévia higienização antes de seu manuseio.

XXIII - Realizar a higienização de todos os produtos expostos em vitrine de forma frequente, inclusive da própria vitrine;

XXVI - Higienizar as máquinas para pagamento com cartão com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar após cada uso e, sempre que possível, priorizar pagamentos por aplicativos ou aproximação;

XXV - Recomendar aos colaboradores que não retornem aos seus respectivos domicílios com o uniforme ou roupa utilizada durante a prestação do serviço;

XXVI - Recomendar aos funcionários do comércio em geral a NÃO utilização de luvas, por causa falsa sensação de proteção.

a) recomenda-se a lavagem das mãos com água e sabão ou a higienização com álcool em gel 70%.

XXVII - Realizar busca ativa, diária, em todos os turnos de trabalho, em colaboradores e funcionários com sintomas de síndrome gripal;

XXVIII – São obrigatórios o fornecimento e a utilização de toucas, aos funcionários e colaboradores, para atividades que envolvam a preparação de alimentos;

XXIX - Recomendar aos clientes e frequentadores dos grupos de risco que evitem ir ao estabelecimento;

XXX - Caso o estabelecimento possua "Espaço Kids", o mesmo deve permanecer fechado.

XXXI - Todos os estabelecimentos, independentemente das suas atividades, deverão adotar um programa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



limpeza no interior do estabelecimento, de forma que todos os equipamentos, utensílios, superfícies e instalações sejam higienizados durante todo o seu horário de funcionamento.

XXXII – Mantenha uma distância mínima entre os clientes, quando possível deve ser de pelo menos 1,5 metros.

Art. 21. Os estabelecimentos, atividades e prestadores de serviços abrangidos por esse decreto, deverão adotar as seguintes medidas:

I. Lacrar as torneiras a jato que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros;

II. Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente;

III. Higienizar frequentemente os bebedouros.

IV. Revisar layouts e métodos de produção, ajustando-os para atender às necessidades sociais de distanciamento – por exemplo, através do uso de barreiras físicas quando possível;

V. Modificar o layout das salas de descanso e lanchonetes para atender às necessidades sociais de distanciamento – por exemplo, através da redução do número de mesas ou cadeiras e de barreiras físicas quando possível;

VI. Modificar qualquer serviço de café / cantina / sala de almoço para eliminar pontos de maior aglomeração de pessoas;

VII. Colocar sinal indicativo de número máximo de pessoas permitido para garantir o distanciamento social nos ambientes;

VIII. Escalonar os horários e intervalos de início e término do turno.

IX. Estabelecer requisitos de inventário para EPI / agentes de limpeza e compras;

X. Coleta e desinfecção de EPI reutilizáveis, como macacão, luvas de couro, protetores auditivos etc.;

XI. Desenvolver e implementar comunicação clara e eficiente com os funcionários antes do retorno ao trabalho, esclarecendo assuntos como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



- a) Os sintomas da COVID-19 e situações em que deve ficar em casa;
- b) Uso permanente de máscaras e higienização adequada das mãos e outras etiquetas de higiene;
- c) Evitar tocar em objetos comuns, interruptores de luz, portas, micro-ondas etc.;
- d) Protocolos de limpeza do ambiente de trabalho.

XII. Realizar treinamento com os funcionários para revisar os novos requisitos e diretrizes no primeiro dia de retorno ao trabalho e periodicamente.

CAPÍTULO VIII
DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS

Art. 22. As atividades religiosas permanecerão temporariamente suspensas.

Parágrafo Único – Recomenda-se o uso dos meios eletrônicos para divulgação dos conteúdos de celebração religiosa.

CAPÍTULO IX
DAS ATIVIDADES DE HOSPEDAGEM

Art. 23. As atividades empresariais no ramo de hotelaria, *campings* e hospedagens em geral permanecerão temporariamente suspensas.

Parágrafo Único – Excetua-se, neste caso, se as atividades forem requisitadas a serviço dos atendimentos para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.

CAPÍTULO X
DAS ATIVIDADES DE HOSPEDAGEM

Art. 24. As atividades empresariais no ramo de hotelaria, *campings* e hospedagens em geral permanecerão temporariamente suspensas.

Parágrafo Único – Excetua-se, neste caso, se as atividades forem requisitadas a serviço dos atendimentos para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



CAPÍTULO XI
DAS FESTAS E AGLOMERAÇÕES

Art. 25. Estão proibidas a celebração de festas e reuniões, na Zona Urbana ou Rural, que causem aglomerações.

§1º – Os participantes serão autuados pela Força-tarefa Fiscalizatória, sendo aplicada multa de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) por pessoa participante, e de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) ao organizador do evento e ao proprietário do imóvel, não sendo aplicado de modo cumulativo.

§2º - Havendo a presença de menores de idade, o caso deverá ser reportado ao Conselho Tutelar de Iporanga, que deverá emitir relatório e encaminhar ao Ministério Público do Estado de São Paulo, e o responsável será multado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§3º - Em havendo a presença de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos e demais integrantes do grupo de risco, a multa será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CAPÍTULO XII
DAS SANÇÕES

Art. 26. As pessoas físicas e jurídicas mencionadas neste Decreto, que descumprirem as determinações sanitárias de prevenção e combate à proliferação pelo contágio do Coronavírus — COVID-19 impostas por este Município, em especial, que realizem ou promovam qualquer atividade que cause ou possa causar aglomeração de pessoas, estão sujeitas as seguintes sanções:

I - interdição total ou parcial do estabelecimento, caso o local ou a atividade possua fins comerciais;

II - suspensão ou cancelamento do alvará sanitário e de funcionamento, caso o local ou a atividade possua fins comerciais;

III — multa a ser aplicada a pessoas físicas e jurídicas, proprietário, morador, locatário, inquilino, caseiro, possuidor direto ou por qualquer outra pessoa que tenha realizado a atividade que originou a aglomeração local no ato da fiscalização, bem como às pessoas físicas e jurídicas citadas neste Decreto, quando o imóvel estiver localizado na Zona Rural, loteamento fechado ou em qualquer outra área que lhe pertença ou possua vínculo.

§ 1º A medida de interdição cautelar poderá ser aplicada a qualquer estabelecimento ou atividade, quando for constatado



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



indício de infração que coloque a saúde da população em risco e perdurará até que sejam sanadas as irregularidades objeto da ação fiscalizadora.

§ 2º A Força-Tarefa fiscalizatória terá a Secretaria Municipal de Saúde como setor responsável por acompanhar as denúncias, bem como para dar prosseguimento ao procedimento administrativo a fim de apurar casos notificados, reincidentes e multados.

§ 3º Em caso de reincidência, resistência ou desacato, o integrante da Força-Tarefa fiscalizatória produzirá relatório da diligência realizada e em casos graves poderá acionar a polícia militar e aguardar a lavratura do boletim de ocorrência, no qual deverão constar os dispositivos desrespeitados das normas municipais e a tipificação criminal.

§ 5º Em casos onde a fiscalização ocorrer em imóvel de uso residencial ou comercial de pessoas suspeitas, monitoradas ou notificadas pela Secretaria Municipal de Saúde por possível contato com o coronavírus — COVID 19 a não observância das normas sanitárias sujeita o infrator à responsabilização criminal prevista no art. 268 do Código Penal Brasileiro — Dos Crimes Contra a Saúde Pública.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 28. Os servidores públicos de Iporanga estão à disposição dos setores de Saúde e Vigilância Sanitária e Epidemiológica, podendo ser requisitos a qualquer momento.

Art. 29. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 30. A Procuradoria Municipal se atentará, em caso de descumprimento deste decreto, ao disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave.

Art. 31. Fica recomendado que a circulação de pessoas no âmbito do Município de Iporanga se limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercícios de atividades essenciais.

Art. 32. Fica recomendada a população do Município de Iporanga o isolamento social para que mantenhamos nossos índices baixos de possíveis contaminações do COVID-19, com fito de continuar a retomada gradual da economia nos termos do Plano São Paulo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Art. 33. Fica recomendado a toda população que, se possível, permaneça em suas casas e que, caso seja necessário o deslocamento para qualquer local, em decorrência de eventual urgência ou necessidade, que sejam tomadas as precauções, de forma a evitar aglomerações, adotando a compra solidária, em favor de vizinhos, parentes, amigos, evitando-se a exposição, principalmente, de idosos, crianças e outras pessoas consideradas grupo de risco, por uma só pessoa.

Art. 34. Ficam mantidas as determinações previstas no Decreto 1085/2020, no que concerne ao procedimento de velórios.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de julho de 2020.

Art. 36. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando os Decretos nº. 1096/2020.

Iporanga, 14 de julho de 2020


VALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PROTOCOLO COVID 19

PLANO DE RETOMADA E FLEXIBILIZAÇÃO - FASE AMARELA

Prefeitura Municipal de Iporanga
A Capital das Cavernas



VISÃO GERAL

APRESENTAÇÃO DO PLANO

CONSIDERANDO que atualmente a região do Vale do Ribeira encontra-se na fase amarela do plano São Paulo de reabertura;

CONSIDERANDO que a reabertura dos serviços não essenciais e religiosas devem ser feitas de forma segura;

CONSIDERANDO a recomendação da Promotoria de Justiça de Eldorado, sobre o cuidado na reabertura;

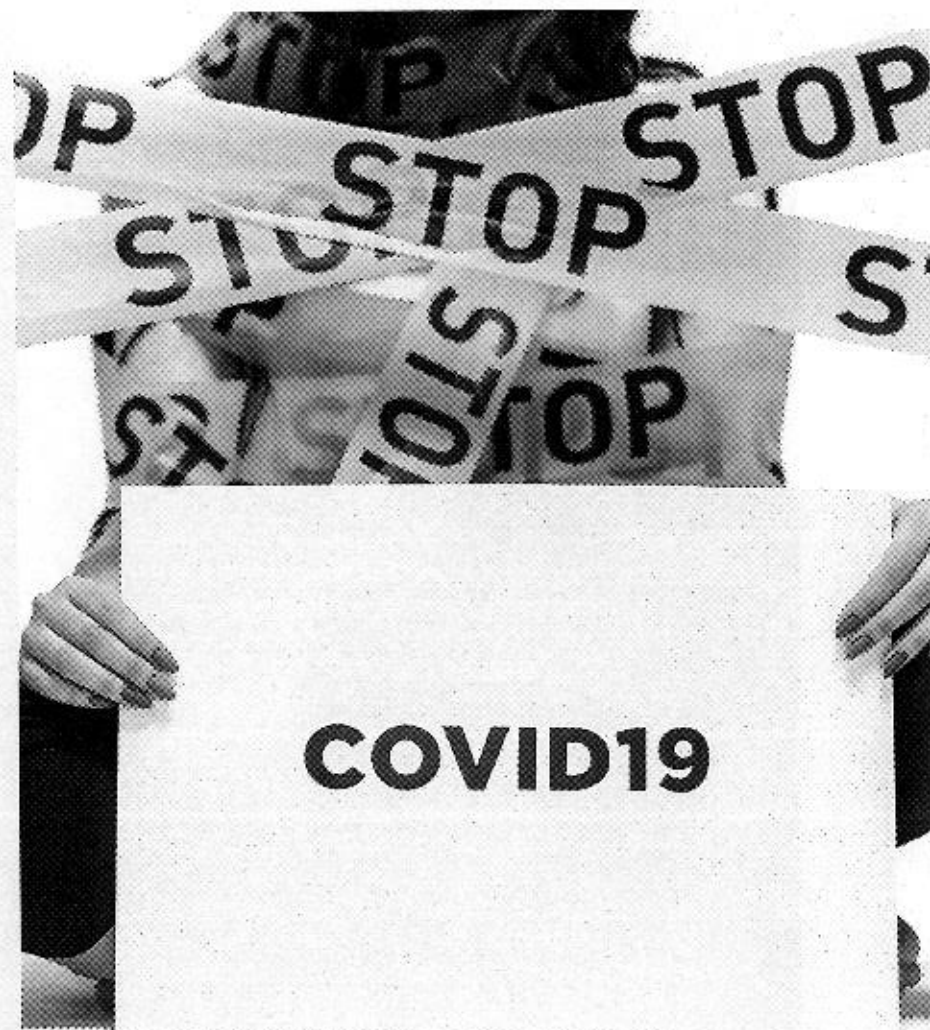
CONSIDERANDO a necessidade de um protocolo geral para a reabertura;

CONSIDERANDO que na fase amarela ainda persistem restrições ao funcionamento dos serviços não essenciais,

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, apresenta o seguinte plano, nos termos do Decreto 1100/2020:

PLANO

DA FISCALIZAÇÃO



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

FORÇA-TAREFA FISCALIZATÓRIA

Está criada a Força-tarefa fiscalizatória, que é formada pelos integrantes da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, dos Agentes Comunitários de Saúde e do Setor de Tributos. Atuará sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde e integrada às ações de fiscalização aos estabelecimentos e no cumprimento das medidas preventivas ao COVID-19. (artigos 5º e 7º).

MANUTENÇÃO E CONTROLE DO ISOLAMENTO DOS INFECTADOS

A Força-Tarefa Fiscalizatória atuará com o apoio da Polícia Militar, Procuradoria Municipal, Delegacia de Polícia e Ministério Público, no sentido de manter a lei e a ordem e informará as Autoridades Competentes em caso de descumprimento do isolamento dos pacientes que atestaram positivamente, aplicando multa no importe de R\$ 5.000,00, sem prejuízo das medidas penais cabíveis. (art. 7º e 8º)

CANAIS DE ATENDIMENTO PARA DENÚNCIAS

A população poderá encaminhar denúncias de descumprimento, tanto do isolamento dos atestados positivamente ao COVID-19, quanto dos estabelecimentos comerciais que descumprirem o Decreto 1100/2020, por meio do email saude@iporanga.sp.gov.br e pelo Telefone - 15/3556-1584. (art. 9º).

PLANO

SALÕES DE BELEZA, ESTÉTICA E BEM ESTAR



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

AGENDAMENTOS

Os estabelecimentos deverão efetuar o agendamento dos seus atendimentos de modo prévio, sem a geração de fila de espera e de modo individualizado. A capacidade do local deverá ser reduzida e o agendamento espaçado, para que atendam todos os critérios de higiene a cada atendimento. (art. 8º, I)

MODO DE ATENDIMENTO

Deverão ser efetuados em cabines individuais, por um profissional por vez e sem acompanhantes, excetuando os casos de crianças e portadores de necessidade especial que demandem cuidados. Todos deverão estar com máscaras, em ambiente ventilado, sem a utilização de aparelhos de ar condicionado e com disponibilização de álcool em gel 70%. (art. 8º, VI, VII e VIII).

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

A capacidade dos estabelecimentos deverá ser reduzida a quantidade de 40% da capacidade, na adoção da fase amarela do Plano São Paulo. Os atendimentos serão realizados, de modo presencial, durante seis horas. Os estabelecimentos poderão adotar horários exclusivos para clientes acima de 60 anos ou que são do grupo de risco. (art. 8º, I, b e c).

CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

PREVENÇÃO NO ATENDIMENTO

Todos os atendimentos deverão ser efetuados mediante ao uso de toucas, máscaras reutilizáveis e óculos de proteção ou protetor facial tipo *face shield*, gorro avental impermeável de mangas longas e luvas de procedimento. (Art. 8º, IV).

REGRAS PARA BARBEARIAS E ESMALTERIAS

Tanto as barbearias quanto os salões de beleza deverão lavar os cabelos e orelhas dos clientes antes de iniciar o corte de cabelos para minimizar a possibilidade de contaminação. As esmalterias precisarão diminuir a quantidade de esmaltes expostos; usar luvas; higienizar a poltrona e a mesa de atendimento a cada cliente. (art. 8º, IX e X).

DISTANCIAMENTO

A distância mínima entre estações de trabalho deve ser de 2 metros, devendo serem utilizadas de modo intercalado, se necessário, e a distância entre os clientes de pelo menos 1,5 metro. (art. 8º, V).

PLANO

BARES E RESTAURANTES



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

PREFERÊNCIA NOS ATENDIMENTOS *ON LINE*

Os estabelecimentos deverão dar preferência a manutenção das atividades on-line, evitando a presença de clientes. Aos estabelecimentos que optarem pela reabertura das suas atividades, deverão fazê-las mediante a redução para 40% das atividades. (art. 6º, f).

ATENDIMENTO AO AR LIVRE

Durante esta fase, está proibido o atendimento a clientes para fins de consumo em mesas ao ar livre e em calçadas, adotando apenas o serviço de venda e entrega. (art. 6º, V).

ATENDIMENTO EM AMBIENTE FECHADO

Nos ambientes fechados, as mesas não poderão ser ocupadas por mais de seis pessoas, devendo ter 2 metros de distância entre elas e as cadeiras com, pelo menos, 1 metro. Os clientes apenas poderão consumir alimentos dentro dos estabelecimentos se todos estiverem sentados e seguindo corretamente as recomendações de higiene. (art. 6º, VI e VII).

CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

CIRCULAÇÃO DE AR NOS AMBIENTES FECHADOS

Deverão ser mantidas as portas e janelas abertas, para facilitação da ventilação natural. Deverão ser minimizados o uso de maçanetas e fechaduras. Não será permitido o uso de aparelhos de ar condicionado. (art. 6º, VIII).

RESTAURANTES SELF SERVICE

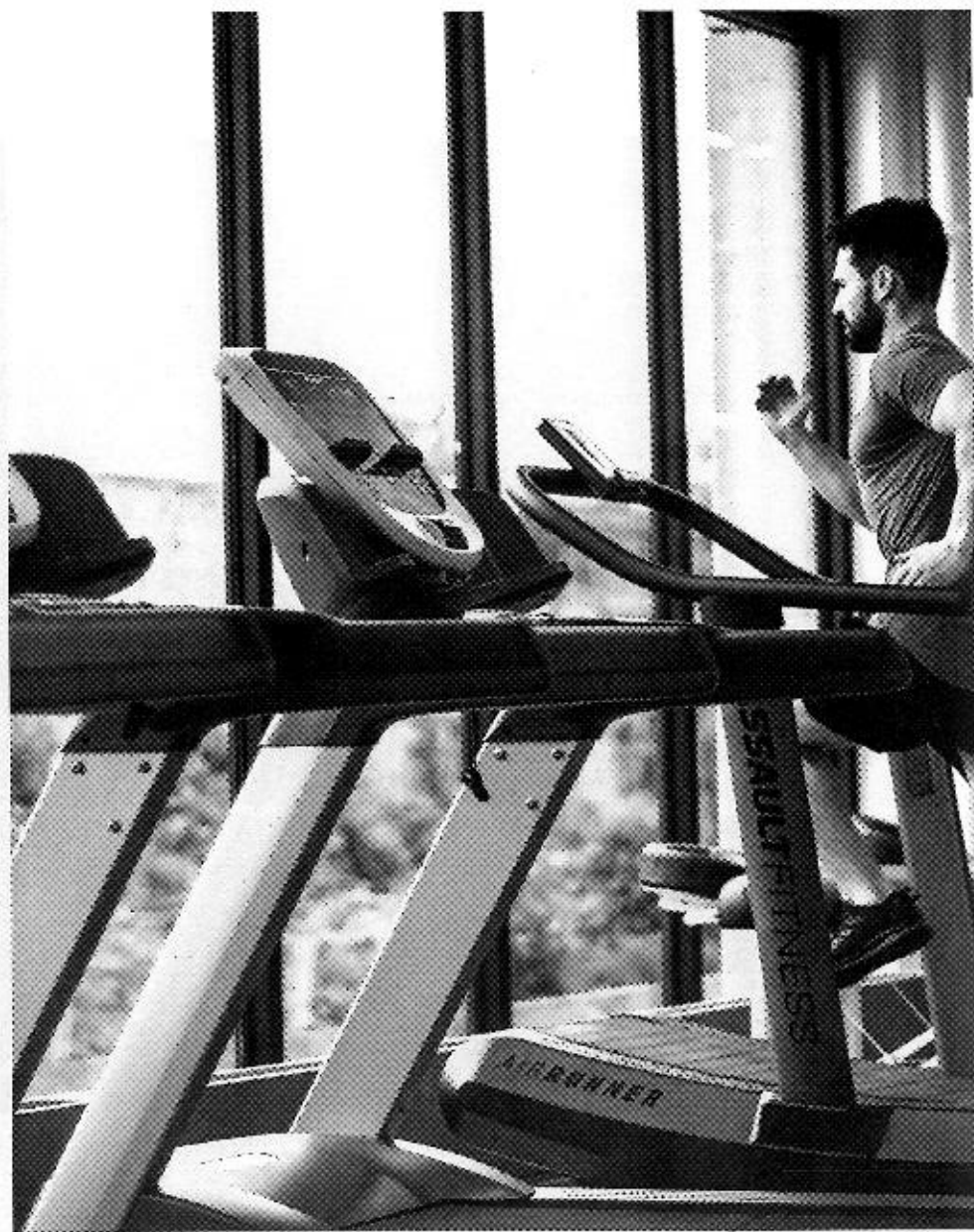
Os restaurantes que adotem o sistema de self-service, deverão disponibilizar garçons e colaboradores para servir os clientes devidamente paramentados, com luvas de procedimento, uso de toucas, máscaras reutilizáveis, óculos de proteção ou protetor facial tipo face shield. (art. 6º, II, c).

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O horário de funcionamento dos estabelecimentos deverá ser de seis horas diárias, respeitando o limite das 17h, em função de determinação estadual. (art. 6º, III).

PLANO

ACADEMIAS



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Deverão atender, de modo individualizado e sem a aplicação de atividades em grupo, com a limitação de atendimento em até 30% da capacidade. O horário de funcionamento deverá ser de, no máximo, 06 horas diárias. (art. 9º, I).

PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO E HIGIENE

Será obrigatório o uso de luvas de procedimento, máscaras reutilizáveis e protetor facial tipo face shield. Todos os equipamentos deverão ser higienizados por profissionais da academia a cada utilização. Os ambientes deverão ser limpos, ao menos, 03 vezes ao dia. (art. 9º, VI e VII).

SANITÁRIOS E DUCHAS

Os banheiros serão abertos mas a utilização dos chuveiros e duchas estarão proibidos. (art. 9º, V).

PLANO

IGREJAS



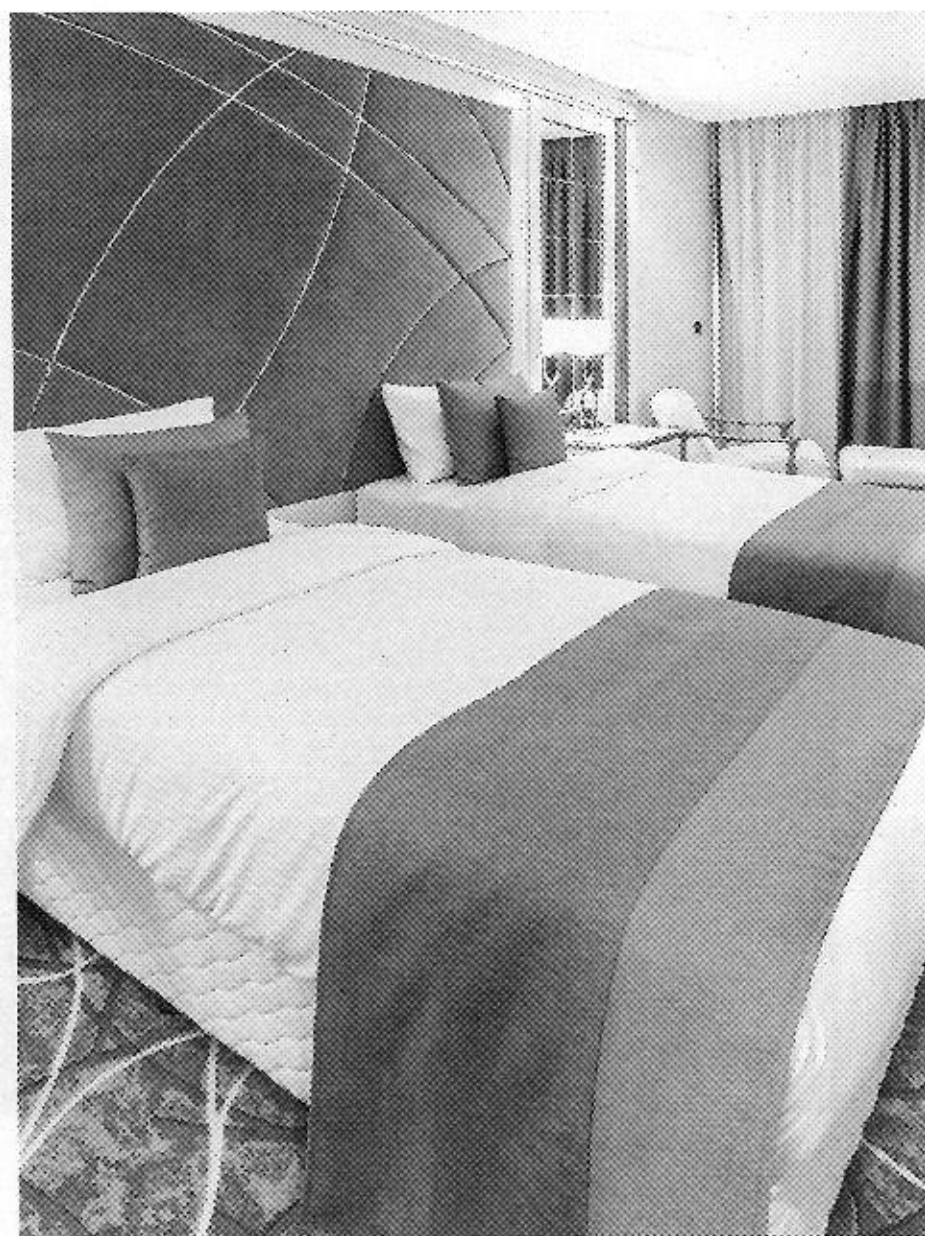
MANUTENÇÃO DE CRITÉRIOS

MEDIDA DE CONTROLE DE AGLOMERAÇÃO

Nesta fase, ainda não serão permitidas as atividades presenciais em ambientes religiosos, sendo recomendado o uso dos meios eletrônicos para manutenção das atividades. (art. 17)

PLANO

HOTÉIS E HOSPEDARIAS



MANUTENÇÃO DE CRITÉRIOS

MEDIDA DE CONTROLE DE AGLOMERAÇÃO

Nesta fase, ainda não serão permitidas as empresariais no ramo de hotelaria, *campings* e hospedarias em geral. (art. 18)

Excetua-se, neste caso, se as atividades forem requisitadas a serviço dos atendimentos para o enfrentamento da COVID-19. (art. 18, parágrafo único).

PLANO

FESTAS E AGLOMERAÇÕES



7

MANUTENÇÃO DE CRITÉRIOS

MEDIDA DE CONTROLE DE AGLOMERAÇÃO

Nesta fase, ainda não serão permitidas a celebração de festas e reuniões, na Zona Urbana e Rural de Iporanga, como medida de controle das aglomerações. (art. 24)

Os Participantes poderão ser autuados, multados em R\$ 500,00. Já o organizador do evento e o proprietário do imóvel, serão multados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). (art. 24, §1º)

Em havendo a presença de menores de idade, o caso será remetido ao Conselho Tutelar de Iporanga, e o responsável legal será multado em R\$ 5.000,00. (art. 24, §2º)

Em havendo a presença de pessoas com mais de 60 anos ou demais integrantes do grupo de risco, a multa será de R\$ 2.000,00. (art. 24, §3º)

PLANO

SERVIÇOS EM GERAL



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS

Poderá funcionar o comércio em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - A lotação dos estabelecimentos comerciais, não deverão ultrapassar a capacidade de 40% do total;

a) os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização a capacidade máxima permitida;

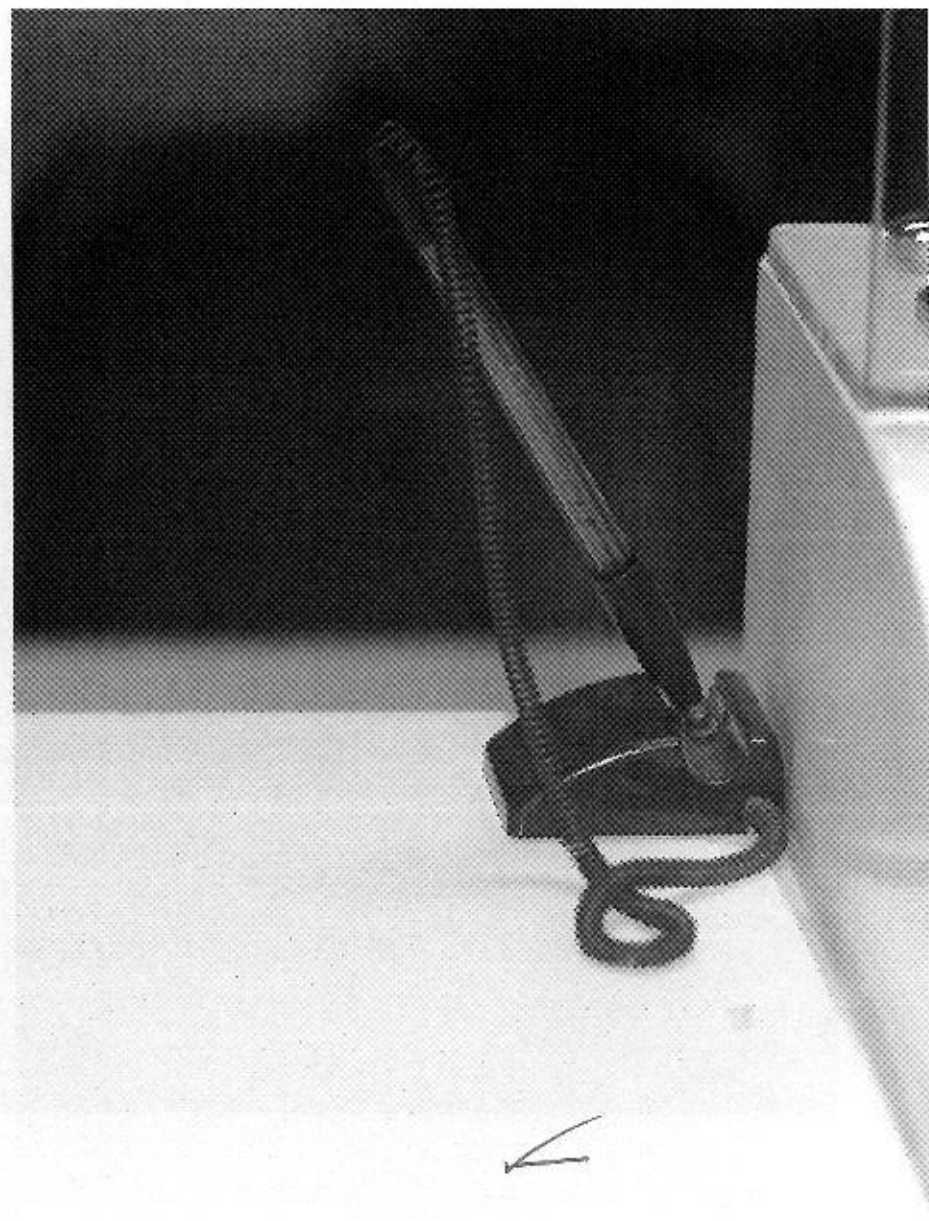
b) o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem, ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 40%.

II - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 06 (seis) horas seguidas;

III - os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento. (art. 5º)

PLANO

SERVIÇO PÚBLICO



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS

O atendimento ao público no âmbito da Administração Pública Municipal será retomado desde que previamente agendado no setor correspondente. (art.10)

Também estão retomadas a contagem dos prazos processuais no âmbito da Administração Pública Municipal. (art. 11)

Os servidores afastados dos trabalhos presenciais no âmbito da Administração Pública Municipal deverão retornar as atividades e atribuições específicas e inerentes do cargo. (art. 12)

PLANO

CUIDADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS

Os estabelecimentos, atividades e prestadores de serviços deverão adotar as seguintes medidas: (art. 15)

- Afixe cartazes educativos, com orientações e informações sobre COVID-19 em locais visíveis; (I)
- Fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, adequado aos colaboradores da atividade exercida e em quantidade suficiente; (II)
- Aplique o uso, obrigatoriamente, de máscara de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional aos colaboradores, responsáveis e frequentadores; (III)
- Providencie barreira de proteção física entre o colaborador e o cliente, para distâncias menores que 1,5m; (IV)
- Disponibilize na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool em gel 70 % para utilização de colaboradores e clientes; (V)
- Higienize, quando do início das atividades, após cada uso e sempre que necessário durante o período de funcionamento, as superfícies de toque, como carrinhos, nestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas, entre outros; (VI)
- Higienize quando do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 2 (duas) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária, cloro ou álcool 70% (líquido); (VII)
- Mantenha disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel e toalhas de papel não reciclado; (VIII)

CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS

- Evite o uso de ar condicionado. (IX)
 - se for necessário o uso do ar condicionado, manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar interno;
- Use, se necessário, senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando atendimento, respeitando o limite máximo de lotação. (X)
- Organize com colaborador próprio, em caso haja fila de espera, a distância mínima de 02 m (dois) metros entre as pessoas com marcações no piso, com fita adesiva ou outro produto de fácil remoção; (XII)
- Reduza o fluxo e permanência de pessoas (clientes e colaboradores) dentro do estabelecimento para uma ocupação de: (Exemplo: área de $50m^2 / 5 m^2 = 10$ pessoas no máximo), ao atingir o número máximo estabelecido no cálculo, os demais consumidores devem aguardar do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 2m entre eles, sendo responsabilidade do respectivo estabelecimento o referido controle e organização; (XII)
 - Para fins de cálculo do inciso anterior, os estabelecimentos deverão adotar, para fins de circulação de pessoas, a razão entre a metragem quadrada da área comercial do local pelo coeficiente 05 (cinco). (XIII)



CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS

- Demarque com fita adesiva ou outro material de fácil remoção, os passeios e calçadas públicas, para identificação do espaçamento entre clientes. (XV)
- Afixe placa com capacidade máxima permitida em local de fácil visualização. (XVI)
- Mantenha distância mínima de pelo menos 2,0 metros, entre colaboradores, responsáveis e clientes. (XVII)
- Disponibilize produtos e tecnologias para a higienização e desinfecção dos sapatos na entrada dos estabelecimentos. (XVIII)
- Evite atividades promocionais que possam causar aglomerações. (XIX)
- Implante corredores e ou entradas de uma via só para coordenar o fluxo de clientes nas lojas. (XX)
- Adote o sistema de escala, revezamento de turnos, a fim de reduzir aglomeração de funcionários. (XXI)
- Priorize o trabalho remoto ou teletrabalho, se houver a possibilidade. (XXI)
- Exija, quando possível, que todos os produtos adquiridos pelos clientes sejam limpos previamente à entrega ao consumidor. (XXII)
 - na impossibilidade, recomendar aos frequentadores a prévia higienização antes de seu manuseio. (a)
- Realize a higienização de todos os produtos expostos em vitrine de forma frequente, inclusive da própria vitrine. (XXIII)
- Higienize as máquinas para pagamento com cartão com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar após cada uso e, sempre que possível, priorizar pagamentos por aplicativos ou aproximação. (XXVI)

CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS

- Recomende aos colaboradores que não retornem aos seus respectivos domicílios com o uniforme ou roupa utilizada durante a prestação do serviço; (XXV)
- XXVI - Recomendar aos funcionários do comércio em geral a NÃO utilização de luvas, por causa falsa sensação de proteção. (XXVI)
- a) recomenda-se a lavagem das mãos com água e sabão ou a higienização com álcool em gel 70%.
- Realize busca ativa, diária, em todos os turnos de trabalho, em colaboradores e funcionários com sintomas de síndrome gripal; (XXVII)
- Forneça toucas para as atividades que envolvam a preparação de alimentos; (XXVIII)
- Recomendar aos clientes e frequentadores dos grupos de risco que evitem ir ao estabelecimento; (XXIV)
- Caso o estabelecimento possua "Espaço Kids", mantenha-o fechado. (XXX)
- Adote um programa de limpeza no interior do estabelecimento, de forma que todos os equipamentos, utensílios, superfícies e instalações sejam higienizados durante todo o seu horário de funcionamento. (XXXI)
- Mantenha uma distância mínima entre os clientes, quando possível deve ser de pelo menos 1,5 metros. (XXXII).

CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS (ART. 16)

- Lacre as torneiras a jato que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros; (I)
- Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente; (II)
- Higienize frequentemente os bebedouros; (III)
- Revise layouts e métodos de produção, ajustando-os para atender às necessidades sociais de distanciamento – por exemplo, através do uso de barreiras físicas quando possível; (IV)
- Modifique o layout das salas de descanso e lanchonetes para atender às necessidades sociais de distanciamento – por exemplo, através da redução do número de mesas ou cadeiras e de barreiras físicas quando possível; (V)
- Modifique qualquer serviço de café / cantina / sala de almoço para eliminar pontos de maior aglomeração de pessoas; (VI)
- Coloque sinal indicativo de número máximo de pessoas permitido para garantir o distanciamento social nos ambientes; (VII)
- Escalone os horários e intervalos de início e término do turno; (VII)
- Estabeleça requisitos de inventário para EPI / agentes de limpeza e compras; (IX)
- Colete e desinfete os EPIs reutilizáveis, como macacão, luvas de couro, protetores auditivos etc.; (X)

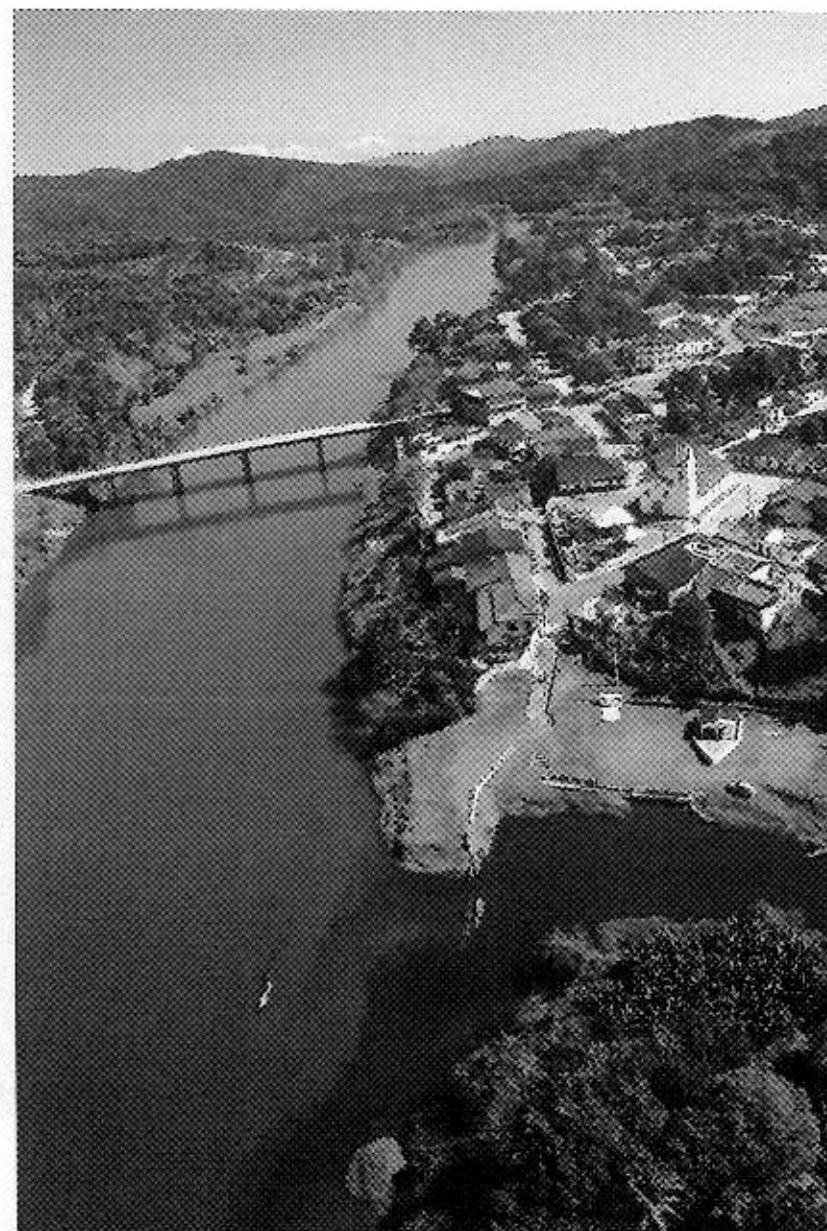
CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

ATENDIMENTOS (ART. 16)

- Desenvolva e implemente comunicação clara e eficiente com os funcionários antes do retorno ao trabalho, esclarecendo assuntos como:
 - os sintomas da COVID-19 e as situações em que deve ficar em casa;
 - Uso permanente de máscaras e higienização adequada das mãos e outras etiquetas de higiene;
 - Evitar tocar em objetos comuns, interruptores de luz, portas, micro-ondas etc.
 - Protocolos de limpeza do ambiente de trabalho.
- Realize o treinamento com os funcionários para revisar os novos requisitos e diretrizes no primeiro dia de retorno ao trabalho e periodicamente. (XII)

PLANO

REGRAS DE APLICABILIDADE GERAL



7

CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

PROGRAMA DE LIMPEZA DOS AMBIENTES

Todos os estabelecimentos, independentemente das suas atividades, deverão adotar um programa de limpeza no interior do estabelecimento, de forma que todos os equipamentos, utensílios, superfícies e instalações sejam higienizados durante todo o seu horário de funcionamento. (art. 15, XXXI).

A distância mínima entre os clientes deve ser, quando possível, de pelo menos 1,5 metros. (art. 15, XXII).

PROTOCOLO DE FLEXIBILIZAÇÃO

PREFEITO MUNICIPAL

VALMIR DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NAIR CONCEIÇÃO DA CRUZ

ARTE, ELABORAÇÃO E FINALIZAÇÃO

RENALDO RODRIGUES JUNIOR